

ENTREGUE NO
I.S.S.S DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2017

DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz

MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da
Comenda

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
COD. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital

FREGUESIA: Oliveira do Hospital

CONCELHO: Oliveira do Hospital

COD. POSTAL: 3400-083

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____

PARECER:

EM ____/____/____

DESPACHO:

EM ____/____/____

EM

2018, 04, 11

202724506

13364

(Assinatura do Técnico Oficial de Contas)

(Aposição da Vinheta do TOC)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

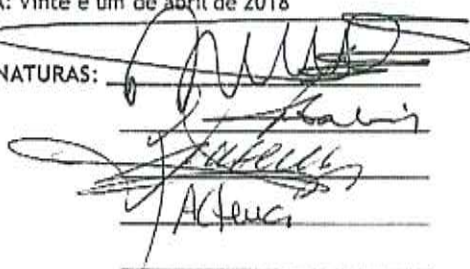
LOCAL: Oliveira do Hospital

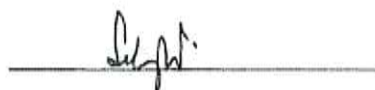
Data: nove de maio de 2018

DATA: vinte e um de abril de 2018

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE





Alcides
of
[Signature]

ÍNDICE

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	6
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017	8
1 – A instituição no meio envolvente.....	8
2 – Atividade.....	11
❖ Apoio à 3ª Idade	11
❖ Apoio à Infância	11
❖ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.....	12
❖ Atividade Hospitalar – Consultas.....	15
❖ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas	16
❖ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde (UMS).....	16
3 – Investimentos	17
4 – Produção.....	18
6 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde	20
6.1 – Faturação	20
6.2 - Divergências quanto ao entendimento do protocolo de contratualização com a ARS Centro.....	20
7 - Centro Comunitário da Lageosa.....	21
8 - Perspetiva para o futuro	21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	24
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	25
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	26
1 Identificação da Entidade	27
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	27
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	27
3.1 Bases de Apresentação.....	27
3.1.1 Continuidade	27
3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	28

Alcides

3.1.3	Consistência de Apresentação.....	28
3.1.4	Materialidade e Agregação.....	28
3.1.5	Compensação	28
3.1.6	Informação Comparativa	28
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	28
3.2.1	Ativos Fixos Tangíveis	29
3.2.2	Bens do património histórico e cultural	29
3.2.3	Ativos Intangíveis.....	29
3.2.4	Investimentos financeiros.....	29
3.2.5	Inventários	30
3.2.6	Instrumentos Financeiros	30
➤	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	30
➤	Clientes e outras contas a Receber	30
➤	Outros ativos e passivos financeiros	30
➤	Caixa e Depósitos Bancários.....	30
➤	Fornecedores e outras contas a pagar	30
3.2.7	Fundos Patrimoniais	30
3.2.8	Provisões.....	31
3.2.9	Financiamentos Obtidos	31
➤	Empréstimos obtidos.....	31
➤	Locações	31
3.2.10	Estado e Outros Entes Públicos	31
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	31
5	Ativos Tangíveis	31
6	Ativos Intangíveis.....	33
7	Locações	33
8	Custos de Empréstimos Obtidos	34

9	Inventários.....	34
10	Rédito	34
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	34
➤	Provisões	34
➤	Passivos contingentes	35
➤	Ativos contingentes	35
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	35
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	35
14	Imposto sobre o Rendimento.....	35
15	Benefícios dos empregados.....	35
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	36
17	Outras Informações.....	36
17.1	Investimentos Financeiros.....	36
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	37
17.3	Créditos a Receber.....	37
17.4	Outros Ativos Correntes	37
17.5	Diferimentos	38
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	38
17.7	Fundos Patrimoniais	38
17.8	Fornecedores	39
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	39
17.10	Outros Passivos Correntes.....	39
17.11	Outros Passivos Financeiros	40
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração	40
17.13	Fornecimentos e serviços externos	40
17.14	Outros rendimentos	41
17.15	Outros gastos.....	41

[Handwritten signatures and initials]

17.16	Trabalhos para a Própria Entidade	42
A rubrica "Trabalhos para a Própria Entidade" encontra-se dividida da seguinte forma:.....		42
17.17	Resultados Financeiros	42
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	42
ANEXOS.....		44
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA		45
ATA CONSELHO FISCAL.....		48
CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....		49
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....		50

Adelino
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Número de utentes - apoio à 3ª idade	11
Ilustração 2 - Número de utentes - apoio à infância	11
Ilustração 3 - Exames Radiológicos Ecográfico	12
Ilustração 4 - Exames Ilustração 5 - Tomografia Axial Computorizada Osteodensitometria	12
Ilustração 6 - Ilustração 7 - Mamografias Endoscópicos	13
Ilustração 8 - Exames Ilustração 9 - Colonoscopias	13
Ilustração 10 - Ecocardiogramas Ilustração 11 - Holter	13
Ilustração 12 - Prova de Esforço Ilustração 13 - Eletrocardiogramas	14
Ilustração 14 - MAPA Ilustração 15 - Audiogramas Respiratórias.....	14
Ilustração 16 - Provas Funcionais Ilustração 17 - Total de Análises Clínicas efetuaram tratamentos MFR.....	14
Ilustração 18 - Nº Doentes Ilustração 19 - Exames Neurofisiológicos.....	15
Ilustração 20 - Consultas Externas	15
Ilustração 21 - Intervenções cirúrgicas.....	16
Ilustração 22 - Nº Utentes Atendidos por Freguesia.....	16
Ilustração 23 - Prestação de Serviços	18
Ilustração 24 - Resultado Líquido	19
Ilustração 25 - Cash-Flow	19
Ilustração 26 - Gastos com Pessoal	20
Ilustração 27 - Ativos Fixos Tangíveis 2016	32
Ilustração 28 - Ativos Fixos Tangíveis 2017	32
Ilustração 29 - Ativos Fixos Intangíveis 2016.....	33
Ilustração 30 - Ativos Fixos Intangíveis 2016.....	33
Ilustração 31 - Inventários.....	34




Ilustração 32 – Rédito.....	34
Ilustração 33 - Subsídios e Apoios do Governo	35
Ilustração 34 - Benefícios dos Empregados.....	36
Ilustração 35 - Investimentos Financeiros.....	37
Ilustração 36 - Clientes e Utentes	37
Ilustração 37 - Outras Contas a Receber	37
Ilustração 38 – Diferimentos	38
Ilustração 39 - Caixa e Depósitos Bancários.....	38
Ilustração 40 - Fundos Patrimoniais	38
Ilustração 41 - Fornecedores.....	39
Ilustração 42 - Estado e Outros Entes Públicos	39
Ilustração 43 - Outras Contas a Pagar	40
Ilustração 44 - Subsídios, doações e legados à exploração	40
Ilustração 45 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	41
Ilustração 46 - Outros Rendimentos e Ganhos	41
Ilustração 47 - Outros Gastos e Perdas	41
Ilustração 48 - Trabalhos para a Própria Entidade	42
Ilustração 49 - Resultados Financeiros	42

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2017

Atenu
d.
J.

A fim de dar cumprimento à alínea b) do artigo 19º dos Estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS, procede-se à apresentação de contas e relatório de atividade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

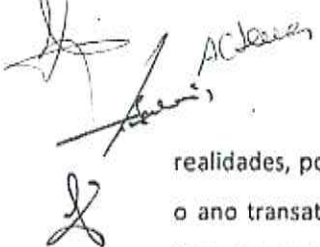
Estes documentos foram elaborados no mês de abril em virtude de ter sido impossível, por circunstâncias alheias à instituição, ter todos os elementos que permitissem cumprir com todos os princípios contabilísticos no apuramento quer de réditos quer de gastos, nomeadamente no que concerne à especialização do exercício, como adiante se referirá.

1 – A instituição no meio envolvente

É do conhecimento geral que, de há uns anos a esta parte, a situação económica e social que o país tem vindo a atravessar se repercute no dia-a-dia das famílias e das empresas, sendo necessário proceder a uma gestão cuidada e apertada dos recursos existentes a fim de minimizar os inerentes impactos negativos. Aliás, sendo no meio social que esta instituição encontra o seu objeto, as dificuldades sentidas pela população exige ao mesmo tempo um cuidado redobrado para continuarmos a prover por soluções, diversificadas e emergentes, a esses problemas – portanto, menos meios e mais solicitações.

Infelizmente, não encontramos na prática do poder central uma atenção redobrada para com o terceiro setor, patente no nosso caso com a falta de definição atempada dos acordos reguladores da nossa atividade, nomeadamente o hospitalar. Assim, se encontramos no poder local um aliado com o mesmo tipo de objetivos, adequados claro, à sua função específica que se não deve confundir com a da FAAD, temos tido dificuldade em perceber qual a agenda do Estado para connosco, muito especificamente na vertente da prestação de cuidados de saúde.

Ainda que se perceba que haja um cuidado económico e financeiro por parte do Ministério da Saúde, tendo em conta os constrangimentos económicos do país que obriga a algumas restrições e limitações, a prática demonstra que algumas decisões não contemplam todos os elementos e, não raras vezes, são mesmo contrárias a esses ditos objetivos, sendo mais despesistas e menos sensatas do ponto de vista, último e maior, de melhoria das condições de vida da população. Aliás, só outro tipo de interesses, mais ou menos ocultos, parece justificar tais decisões. A este propósito queremos recordar a questão do serviço de “urgência” para os utentes do SNS em Oliveira do Hospital: já em mais do que uma vez o assunto foi abordado pela ARS Centro junto da FAAD, chegando a ser pedido que tivéssemos uma solução para ontem; depois de desenhada, nada mais nos diziam, remetendo a um silêncio que desmotiva quem faz de cada medida que esboça o melhor que pode e sabe em prol dos outros. Porém, o facto de nos prepararmos e estarmos alertas às efetivas necessidades permite dois cenários: o primeiro, podermos discutir (quando chamados a isso) essas medidas, com a propriedade de percebermos os seus prós e contras de um plano bem mais adiante do da mera teoria pensada à distância da capital (do distrito ou do país); o segundo, podermos ser proactivos perante efetivas



realidades, por mais imagináveis que fossem à partida. Cai nesse segundo aspeto um facto que marcou o ano transato e que assim será recordado nos anos futuros: os incêndios de 15 de outubro de 2017. Sem que nada o previsse, pelo menos em termos de indefinição, o Hospital foi chamado a fazer o seu melhor e, com alguma imodéstia, cumpriu o seu papel quando outras estruturas se mostraram incapazes de o fazer. Este edifício foi o ponto de abrigo de muitos utentes e, especialmente, dos bombeiros voluntários que, uma e outra vez depois de recuperados de pequenas maleitas, voltaram ao longo dessa tarde e noite a combater o que foi considerado como impossível de pacificar. Os seus profissionais acorreram ao seu habitual local de trabalho, improvisaram-se locais de atendimento para dar resposta às solicitações, incluindo aqui as do Centro de Saúde que ficou inoperacional e, nessa noite, como elo da proteção civil, disponibilizaram-se recursos como camas, colchões e cadeiras de rodas para os locais de abrigo improvisados no pavilhão municipal e quartel dos Bombeiros Voluntários. Dir-se-á hoje que ficámos mais fortes, pois a coesão nos enchia de orgulho nessas horas foi visível; melhor, foi imprescindível para o sucesso que é passível de ser medido sob diversos índices. Passível, dizemos nós, porque parece-nos que ainda falta, com sobriedade e se calhar distância que o tempo aconselha, fazer esse exercício. Para já, fica até a referência que algum do material cedido nessa noite não regressou aos nossos armazéns, os consumíveis clínicos usados e os exames auxiliares de diagnóstico não foram pagos e oficialmente ninguém abordou a FAAD para saber desses custos, não obstante as palavras de agradecimento ditas à Rádio local pelo responsável pelo Centro de Saúde de Oliveira do Hospital quando justificou ter encerrado aquela unidade deslocando o atendimento para o Hospital, por este garantir a energia elétrica num contexto de apagão geral e perda de telecomunicações. Custa, pois, perceber que a nível central, depois de repetidas visitas de governantes ao nosso concelho, não haja uma declaração inequívoca da mais-valia da FAAD, pelo menos tão eloquente quanto as que procuram noutras IPSS's os maus exemplos de gestão e serviço que deveria ser público.

A urgência do fogo não se compadece com os processos que ficam esquecidos numa qualquer gaveta, com a incompetência de quem é escolhido para gerir sem nada perceber sobre o que tem de decidir, com a pouca ou nenhuma vontade de querer equilibrar um país a várias velocidades, com o telefonema que se não atende porque nada de novo há para dizer quando o compromisso era fazê-lo para ontem: é que o fogo arde mais rápido, mais forte e há que dizer – Pronto, estamos cá!

Portanto, o país carece de definição de políticas e sua aplicação atempada: o protocolo de colaboração com a ARS foi assinado em novembro retroativa ao início do ano e não será estranho a dita catástrofe natural para, agora sim, se pretender da FAAD o apoio com um serviço de atendimento aberto das 20 às 8 horas todos os dias úteis e todo o dia ao fim de semana e feriados. Esse serviço surge com o apoio de imagiologia, que representa desde logo uma melhoria ao até aqui prestado pelo serviço público. Como delinear a nossa atividade previsional perante tamanha indefinição de objetivos e metas, com a imposição de limites à nossa atividade quando já decorridos $\frac{3}{4}$ do ano, em que se tem um Hospital de porta aberta que habitou a população a ter um local de acesso? Contudo, talvez com o objetivo de querer desviar atenções para o que é efetivamente importante, vemos discutir argumentos bacocos sobre a propriedade dos investimentos quando até aí nada se havia conseguido em prol dos

utentes. Porque não se discute a efetividade da prestação de cuidados, os seus resultados e até a poupança para o erário público, procurando que essa poupança reverta em mais e melhores serviços?

Ao mesmo tempo a FAAD apresenta projetos, concorre a medidas como o ProCoop para adaptar os seus acordos de cooperação com a Segurança Social ao que é a sua realidade funcional, com o pleno uso da sua capacidade, legalizou a atividade de Centro de Dia com a realização de obras de adaptação, auxilia o Centro Comunitário da Lageosa a estar aberto até à efetiva transferência para a FAAD, investe na melhoria contínua e *upgrade* tecnológico – enfim, promove o que seria natural acontecer mas acompanhado da segurança do que o dia de amanhã é o da sustentabilidade institucional, máxima de que não podemos nem devemos abdicar. Aliás, sendo este o último ano de desempenho do atual Conselho de Administração, maior esse cuidado para não se comprometer o desempenho da próxima equipa, que deverá ter o mesmo figurino em virtude de ainda não estarem aprovados os novos Estatutos junto da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

A FAAD continua a ser, enquanto referência regional, uma instituição cuja atividade pode ser identificada em dois âmbitos, o social (apoio à infância, terceira idade, cantinas sociais e parque móvel) e a área hospitalar (área médica, cirúrgica, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, consulta externa, unidade móvel de saúde e consulta alargada).

No âmbito social, importa referir que na área de apoio à terceira idade os utentes podem optar por uma de três respostas sociais em função da que melhor se ajusta às suas necessidades. No serviço de apoio domiciliário, os utentes permanecendo nas suas casas veem chegar até eles um conjunto de serviços como alimentação, higiene habitacional, higiene pessoal e tratamento de roupas. Na resposta de centro de dia, os utentes vêm para a nossa instituição pela manhã, regressando ao final do dia a suas casas. Aqui dispõem de toda a alimentação (com opção de jantar), higiene pessoal e higiene habitacional. Na resposta de estrutura residencial para pessoas idosas (Lar), os utentes permanecem 24 horas nas nossas instalações, dispondo de todos os serviços necessários.

Relativamente à área da infância temos utentes para a Creche, Pré-Escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres. Em todas estas respostas há uma panóplia de atividades extra curriculares das quais os utentes podem beneficiar sem qualquer gasto associado (natação, inglês, música, coro e dança). Podem ainda ingressar no Karaté, sendo esta a única atividade extra curricular que, pelas suas especificidades pressupõe o pagamento de mensalidade, que tem tido procura crescente paralelo ao reconhecimento do talento dos jovens atletas nas provas em que participam. Todas estas atividades são importantes pelo facto de serem um complemento às atividades desenvolvidas em sala pelo pessoal docente.

A área hospitalar é sem dúvida a de maior impacto na globalidade da instituição, abrangendo um conjunto de serviços que possibilitam o diagnóstico de patologias, o seu tratamento e período de recuperação.

2 – Atividade

Neste ponto serão abordados aspetos que julgamos importantes para uma melhor compreensão do que foi a atividade da FAAD nas diversas áreas de atuação, não só no ano em apreço mas também em termos comparativos com os anos transatos.

❖ Apoio à 3ª Idade

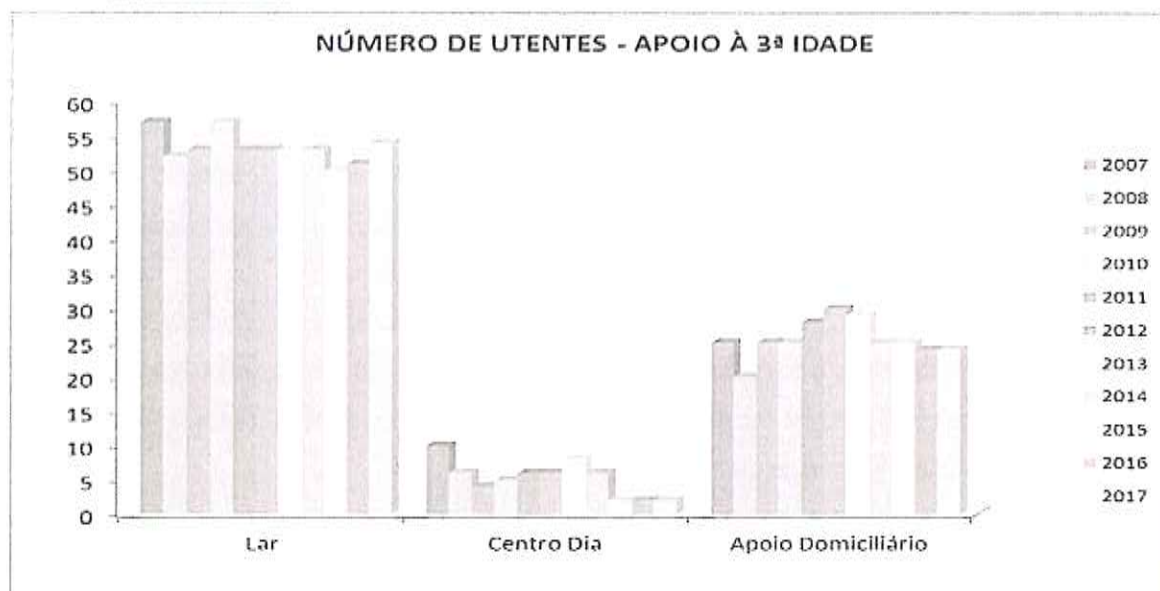


Ilustração 1 - Número de utentes - apoio à 3ª idade

No apoio à terceira idade, verifica-se a manutenção dos valores apresentados de alguns anos a esta parte. Contamos, no entanto poder proceder ao incremento da resposta de centro de dia, cujo processo de licenciamento foi já concluído.

❖ Apoio à Infância

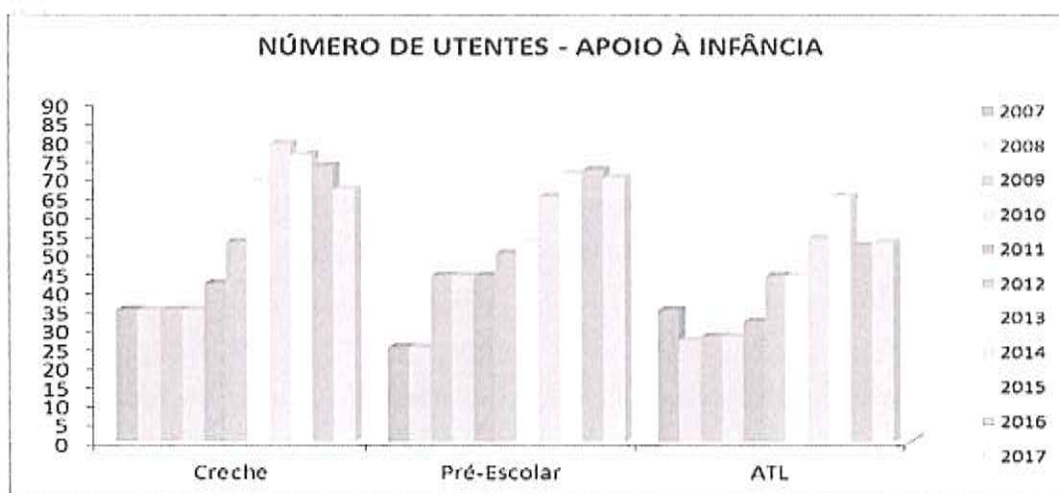


Ilustração 2 - Número de utentes - apoio à infância

No que respeita à área da infância, são visíveis ligeiras oscilações nas três respostas sociais.

❖ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

ACI...
 [Handwritten signature]

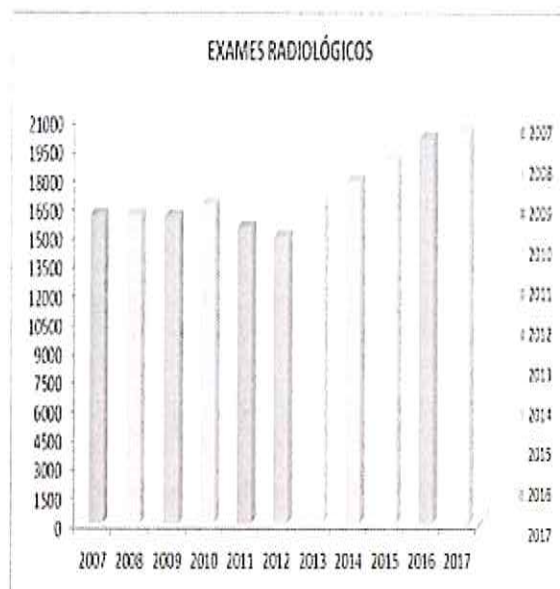


Ilustração 3 - Exames Radiológicos

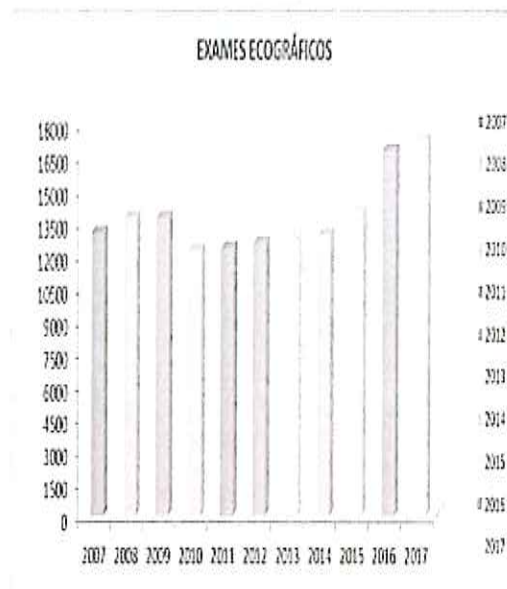


Ilustração 4 - Exames Ecográfico

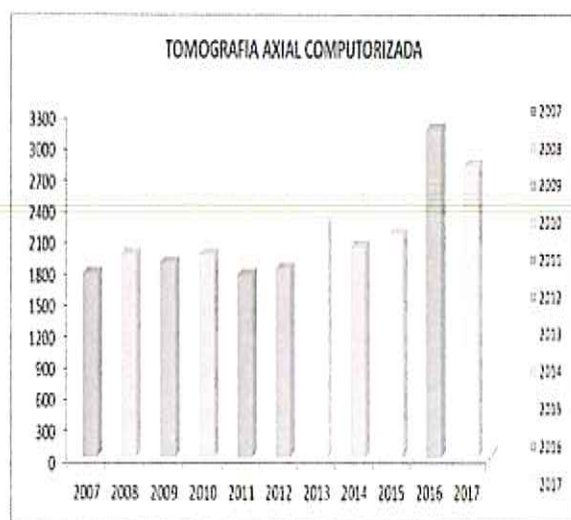


Ilustração 5 - Tomografia Axial Computorizada

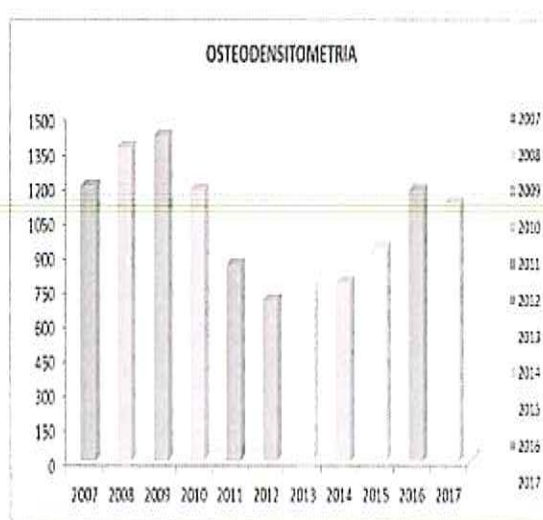


Ilustração 6 - Osteodensitometria

Adm
L. F. F.
H.

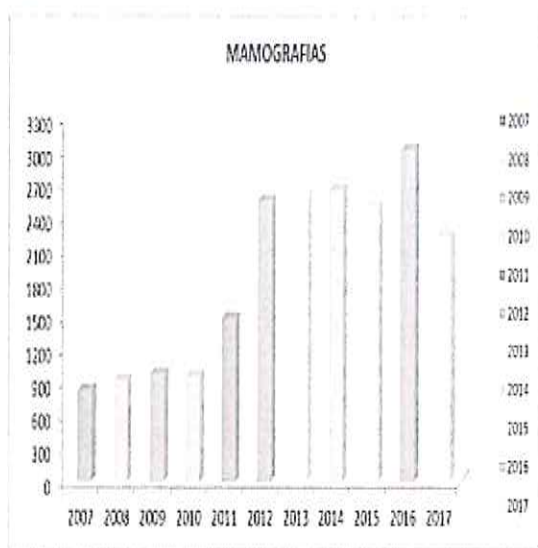


Ilustração 7 - Mamografias

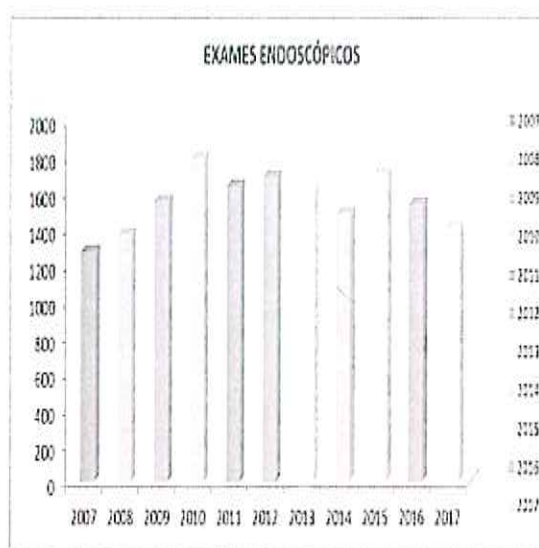


Ilustração 8 - Exames Endoscópicos

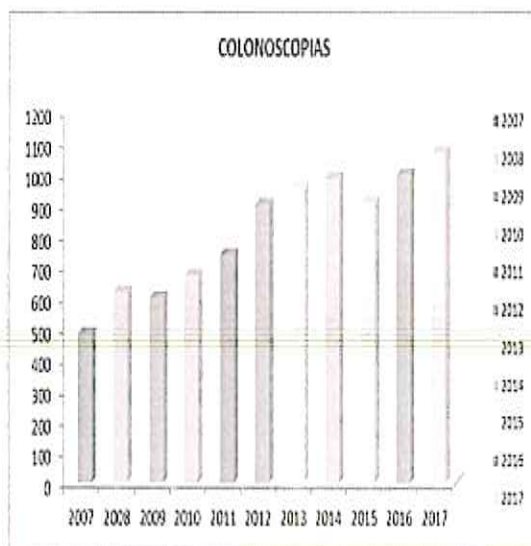


Ilustração 9 - Colonoscopias

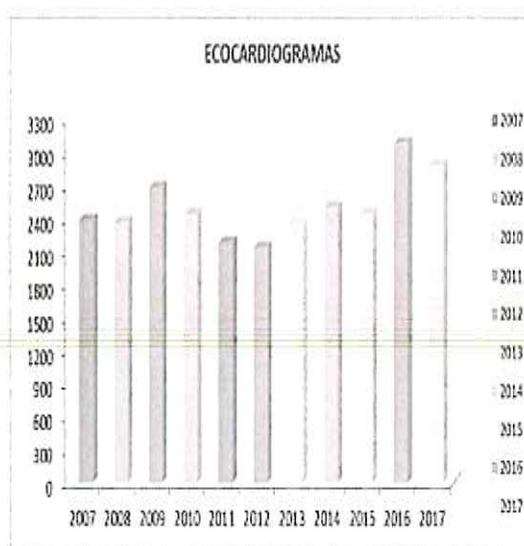


Ilustração 10 - Ecocardiogramas

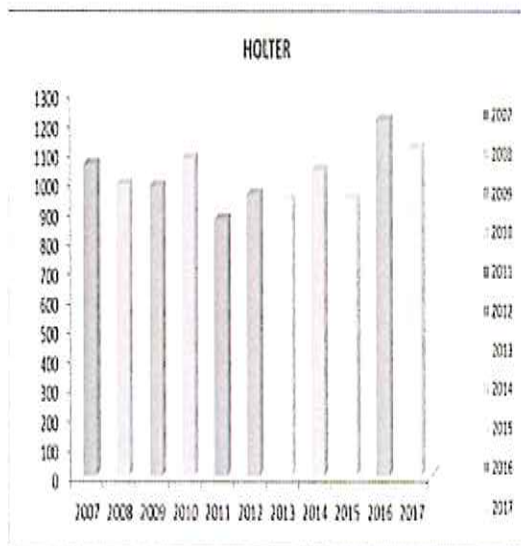


Ilustração 11 - Holter

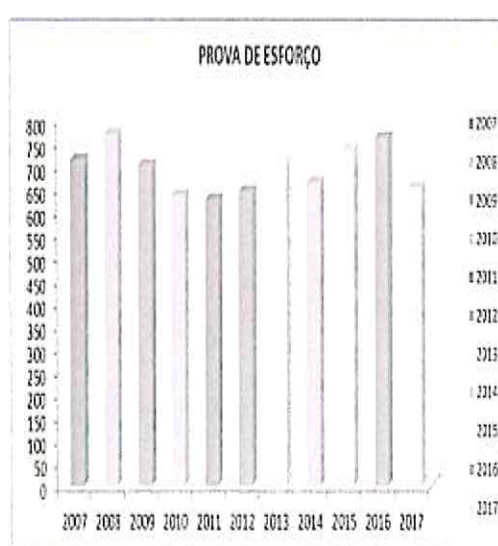


Ilustração 12 - Prova de Esforço

Alcides
Kamij. J.
[Signature]

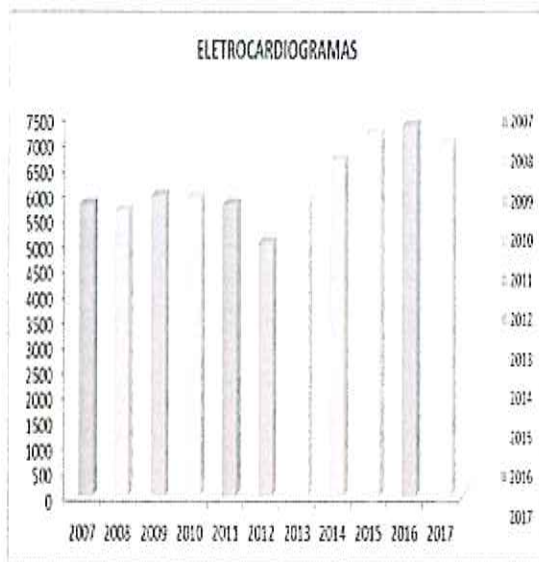


Ilustração 13 - Eletrocardiogramas

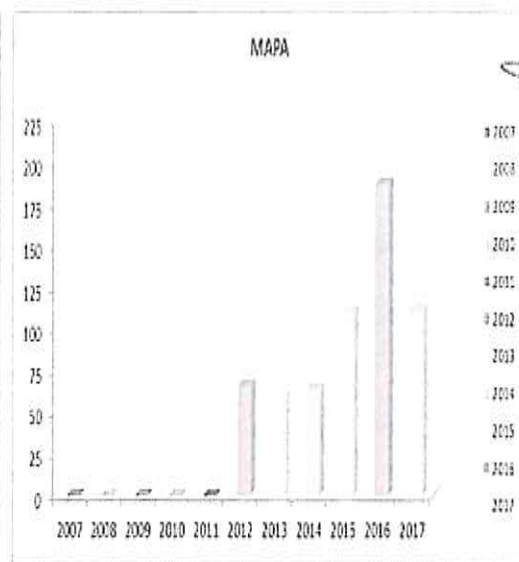


Ilustração 14 - MAPA

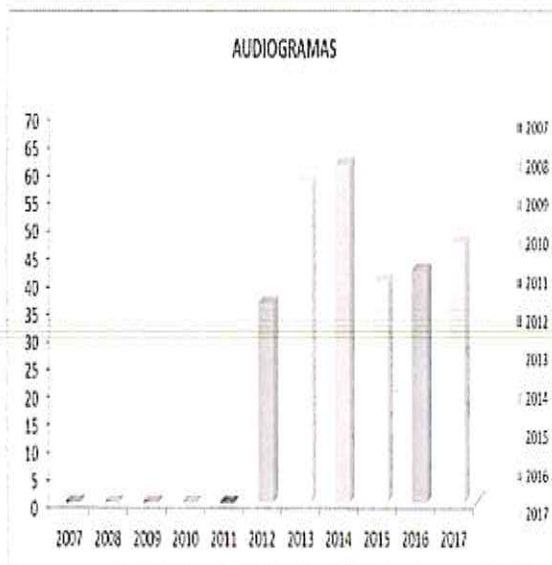


Ilustração 15 - Audiogramas



Ilustração 16 - Provas Funcionais Respiratórias

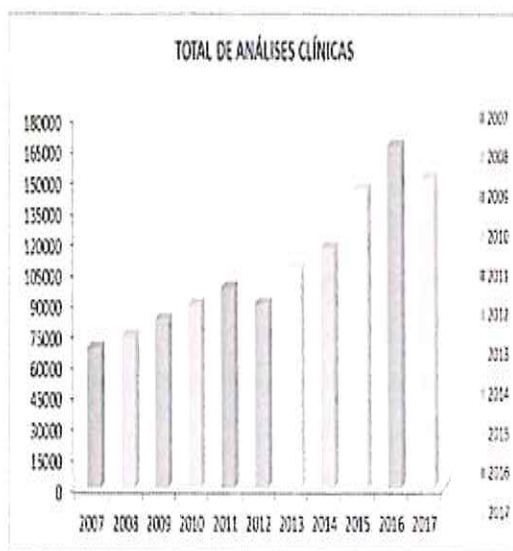


Ilustração 17 - Total de Análises Clínicas

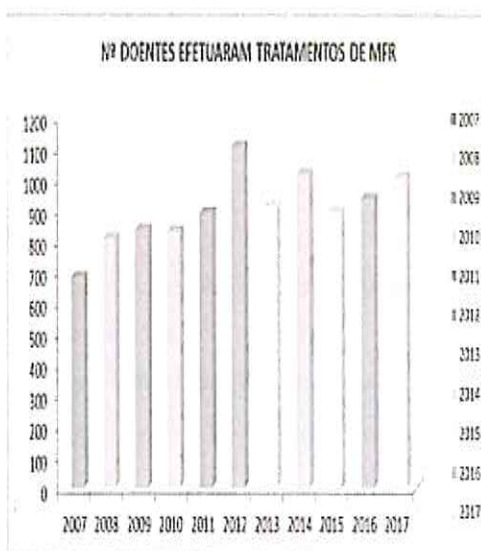


Ilustração 18 - Nº Doentes efetuaram tratamentos MFR

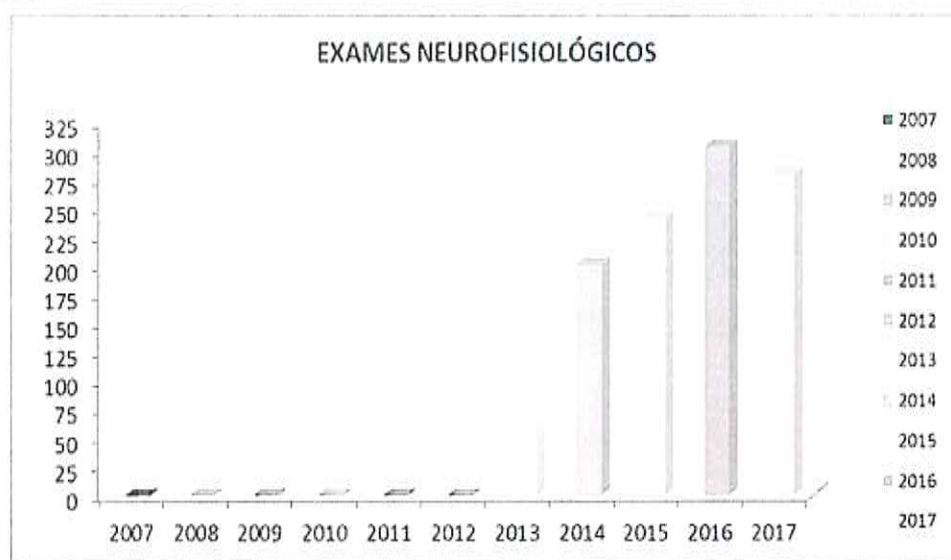


Ilustração 19 - Exames Neurofisiológicos

No que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, a FAAD coloca à disposição dos utentes um conjunto alargado de serviços em diferentes áreas. Assim, é possível que os utentes realizem diferentes exames em função das patologias que lhes estão associadas.

❖ Atividade Hospitalar – Consultas

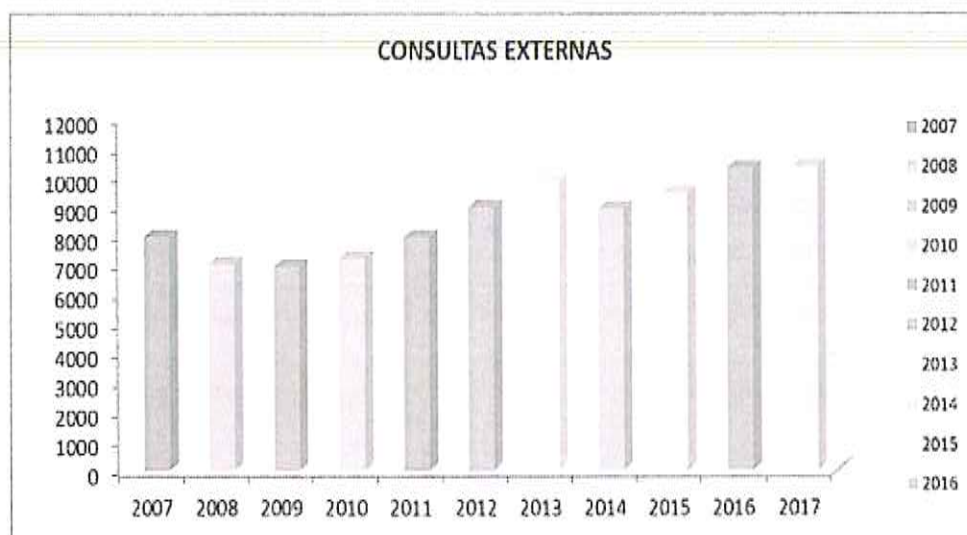


Ilustração 20 - Consultas Externas

Relativamente à consulta externa, na FAAD há uma vasta gama de especialidades. Deste modo é possível que os nossos utentes tenham uma resposta adequada às suas necessidades tendo ao seu dispor um conjunto de profissionais especializados nas diversas áreas, o que vai contribuir para o aumento da assertividade tanto ao nível do diagnóstico como da terapêutica.

❖ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas

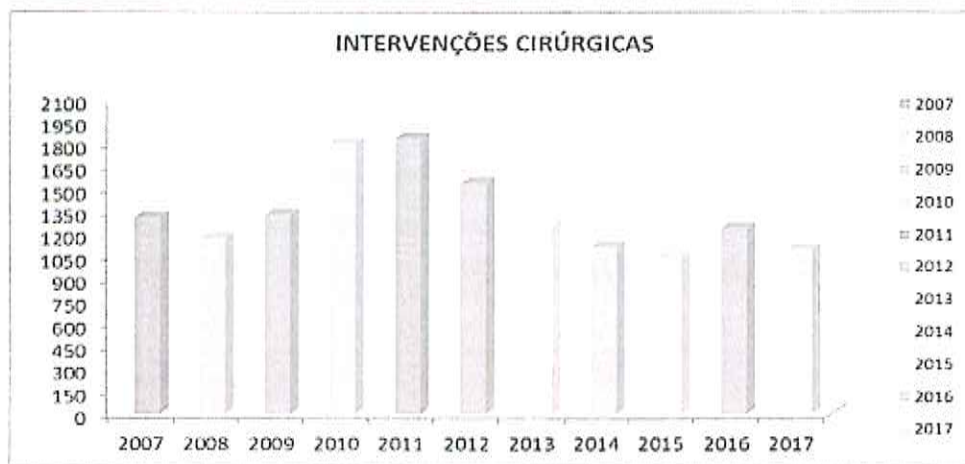


Ilustração 21 - Intervenções cirúrgicas

Relativamente à atividade cirúrgica da FAAD, no ano 2017 verificou-se um decréscimo na ordem das 142 intervenções. É de salientar que este decréscimo, não resulta da falta de doentes em espera, nem tão pouco da carência de recursos quer humanos, quer físicos, mas sim do facto de recorrentemente nos serem impostos limites à faturação. Ainda assim, o ano de 2018 terá de comportar um excesso de produção de 2017, pelo que o número de intervenções será menor apenas por este efeito administrativo, nefasto para a atividade, populações, retorno do investimento e (seguros do que dizemos) para o erário público.

❖ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde (UMS)

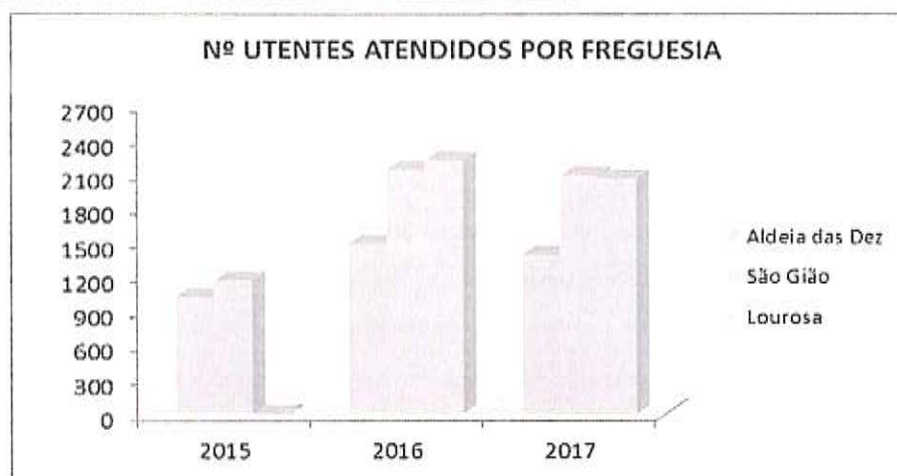
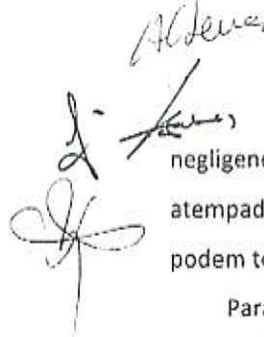


Ilustração 22 - Nº Utentes Atendidos por Freguesia

Ao longo do ano 2017, a UMS manteve-se em funcionamento, com a colaboração financeira do Município de Oliveira do Hospital, tendo sido prestados cuidados a mais de 5500 utentes em diversas localidades. Este é um serviço que começa a ser de referência no concelho, tendo em conta que possibilita às populações um conjunto de cuidados que de outro modo, e tendo em conta as condições económicas e sociais destes utentes, seria quase impossível que lhes fossem prestados. Estas populações apresentam algumas carências económicas e sociais, o que faz com que muitas vezes

 negligenciam, ainda que involuntariamente, determinadas patologias que sendo detetadas e tratadas atempadamente não desencadeiam outro tipo de problemas mais graves e com repercussões que se podem tornar críticas.

Paralelamente, a política de cedência de equipamentos do nosso parque móvel representa um sucesso, badalado pela própria comunicação social nacional, enquanto exemplo de boas práticas na qual estamos empenhados e na qual a UMS tem também o seu contributo por sinalizar algumas das necessidades que posteriormente nos são apresentadas.

3 – Investimentos

A atual conjuntura económica e as constantes restrições que nos têm sido impostas, não se tem vindo a mostrar muito favorável à realização de investimentos, especialmente aquele que vimos referindo: a ampliação/modernização do hospital. O custo previsível da obra ultrapassa em muito aquilo que são as verbas com que a FAAD de *per si* se pode abalar e, infelizmente, não surgiu no âmbito do Portugal 2020 programa que possa apoiar esta pretensão, situação que se mantém ainda no dia de hoje. No entanto, a FAAD tem vindo a fazer um esforço para proceder a melhorias no que respeita a todas as áreas da sua atividade. Deste modo, e ainda que com algum esforço ao longo do ano 2017 foram realizados alguns investimentos no montante de 341.565,12€, dos quais destacamos :

❖ Aquisição de Diverso Equipamento Hospitalar

Sendo o recurso à tecnologia um forte contributo na área da saúde, tanto para diagnóstico, como para tratamento e bem-estar, e tendo em conta os avanços tecnológicos que se verificam, julgamos importante manter os nossos equipamentos o mais atualizados possível. Assim, ao longo do ano 2017 procedemos à aquisição de algum equipamento que contribuiu para a melhoria dos serviços que prestamos. Para a área cirúrgica, adquirimos uma Mesa Cirúrgica e uma Torre de Laparoscopia, num investimento que totaliza 84.435,95€.

Procedeu-se ainda à substituição do equipamento de Densitometria Óssea que veio melhorar o serviço de Imagiologia, possibilitando a realização de um exame mais completo, estudando uma panóplia maior de parâmetros clínicos. Representou um investimento no valor de 31.733,99€.

Foi também adquirido diverso equipamento para o Serviço de Medicina Física e Reabilitação, que vai contribuir para a melhoria dos serviços prestados aos utentes. Este foi um investimento do valor de 4.554,86€, tendo-se aproveitado o valor recebido através da consignação de 0,5% do IRS de todos os contribuintes que manifestaram a vontade de que a FAAD o recebesse.

O total do investimento em equipamento hospitalar foi de 120.724,80€.

❖ Aquisição de Diverso Equipamento de Transporte

No início do ano 2017, foi necessário proceder à aquisição de um Mini Autocarro (17 lugares), tendo em conta que o autocarro de que a FAAD dispunha, por força dos normativos legais, não mais poderia

fazer o transporte de crianças. Procedeu-se então à aquisição de um novo veículo com um investimento na ordem dos 35.700,00€.

No decorrer do ano mostrou-se ainda necessária a aquisição de uma nova carrinha ligeira de passageiros, tendo em conta as necessidades de transporte dos vários utentes (crianças e idosos). Adquiriu-se então um outro veículo com um investimento de 21.807,00€.

O total de investimento para o equipamento de transporte foi de 57.507,00€.

Em termos de financiamento, julgamos importante referir que decorrente da alienação do autocarro, resultou uma mais-valia de 29.000,00€, tendo em conta que à data, o bem se encontrava totalmente amortizado.

❖ Ampliação dos quartos de ERPI e licenciamento do Centro de Dia

Com um total acumulado de 105.043,92€, dividido pelo período dos dois últimos anos, foi efetuado o investimento que permitiu proceder ao licenciamento da resposta social de Centro de Dia. Essa atualização e adaptação permitiram ainda aumentar em 4 lugares as vagas de ERPI (capacidade definida atualmente em 54 lugares).

4 – Produção

A produção do ano 2017 é bastante semelhante à do ano transato, havendo um acréscimo na ordem dos 18.500,00€ no que respeita à totalidade de serviços prestados.

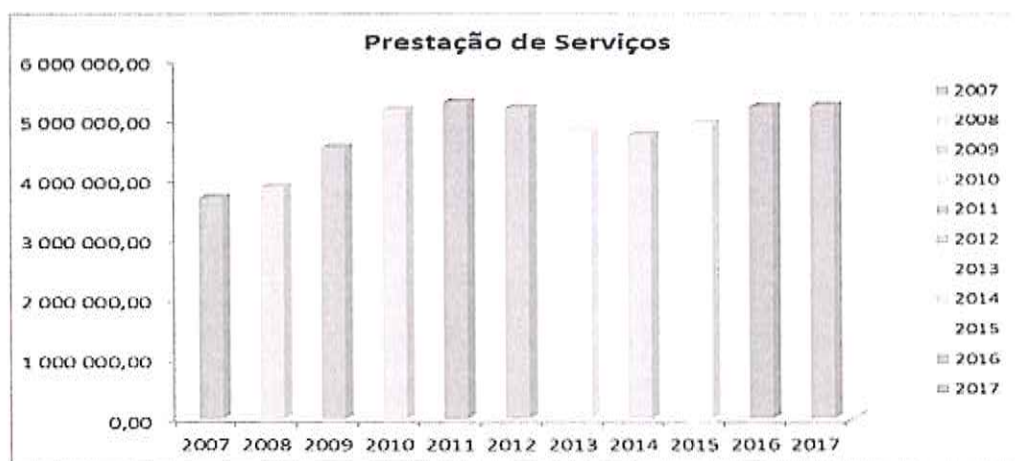


Ilustração 23 - Prestação de Serviços

Alcides
L. Henri
SA



Ilustração 24 - Resultado Líquido

O resultado do exercício que agora terminou foi mais uma vez favorável, e apresenta um valor de 106.615,85€. Tendo em conta todas as dificuldades que se têm vindo a atravessar, este é um resultado que reflete claramente os esforços realizados para a evolução desta Instituição. Fazemos notar que o valor de 2016 foi fortemente influenciado pela mais-valia gerada na alienação do imóvel em Lisboa.

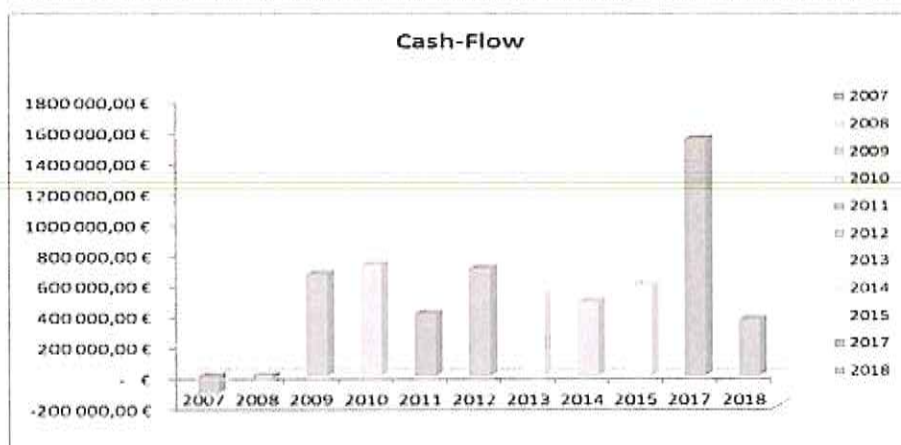


Ilustração 25 - Cash-Flow

Relativamente ao cash-flow, este ano a FAAD apresenta um valor nesta rubrica de 365.384,81€. Analisando este valor comparativamente com o de anos anteriores, verifica-se que decresceu, tendo em conta que a componente resultado líquido tem diminuído (ainda que a componente de amortizações tenha sido superior).

5 – Recursos Humanos

Neste ponto importa salientar a relevância que os meios humanos têm para o bom funcionamento da FAAD, uma vez que é imprescindível que haja uma harmonização entre os meios técnicos e humanos, pois só assim se consegue alcançar o equilíbrio na qualidade dos serviços prestados.

O montante despendido com pessoal teve um acréscimo na ordem dos 140.000,00€, incluindo aqui o efeito do aumento da taxa de encargos sociais.

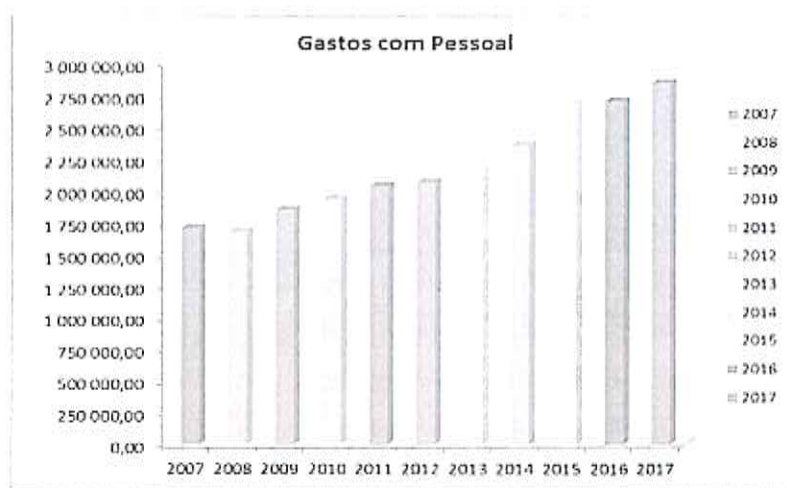


Ilustração 26 - Gastos com Pessoal

6 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde

6.1 – Faturação

O facto de o protocolo ter sido outorgado em novembro justifica parcialmente o excesso de produção, que não tendo sido faturado na ordem do meio milhão de euros foi considerado como acréscimo de réditos (bem como de gastos no que respeita a percentagens a pagar a equipas médicas, quando devidas).

Efetivamente, o apuramento destas verbas apenas foi conseguido já no mês de abril, pois a ACSS colocou diversos entraves ao longo do ano:

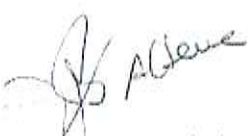
- 1ª) Indefinição quanto à utilização do ICD9 ou ICD10, que ditou instruções confusas e até contraditórias. Na prática, acabou por se utilizar integralmente o ICD9;
- 2ª) Dificuldade no acesso à plataforma WebGDH ao longo do ano, já que a mesma foi encerrada para a utilização da nova SIMH. Só com o seu desbloqueio se conseguiu agrupar em GHD's todos os processos de internamento e de ambulatório do ano de 2017.

Também a faturação dos 3 últimos trimestres se efetuou de modo diferente, definidos no protocolo assinado em Novembro: passou a fazer-se por estimativa, com base em 90% do valor previsto como atividade máxima e dividido por meses. Porém, o efeito prático em termos financeiros foi nulo, pois aquilo que deveria ter sido pago em duodécimos acabou por o ser apenas em Dezembro e em Janeiro do corrente ano, o que causou imensos constrangimentos ao longo de todo o ano de 2017.

Neste momento a ARS já deveria ter efetuado o apuramento dos restantes 10% tendo por base o serviço efetivamente prestado, o que ainda não aconteceu até à data (bem como a contratualização do ano de 2018).

6.2 - Divergências quanto ao entendimento do protocolo de contratualização com a ARS Centro

Esse protocolo tem ainda associada a questão do período de vigência dos anos anteriores, que foi alterada unilateralmente deixando de coincidir com o ano civil para um período que medeia entre

 abril e março do ano seguinte. Esta mudança de regras criou um diferendo quanto à interpretação para o ano de transição, que nos lesa na faturação de valor próximo de 200 mil euros, que ainda não foi pago apesar da nossa contestação.

7 - Centro Comunitário da Lageosa

Sendo um processo que se arrasta no tempo, demasiado para a capacidade técnica e financeira da Associação dos Amigos da Lageosa, poderemos referir que da entidade gestora do POPH, antigo POEFDS, foi recebida comunicação de que consideravam a FAAD como o parceiro para manter a atividade, estando naquele organismo já todo o processo resolvido para a transmissão da propriedade e gestão.

Nos últimos dias foram solicitados dados pela Segurança Social tendentes a encerrar este capítulo, pelo que se prevê que será então este ano que a FAAD assumirá a gestão integral do Centro Comunitário da Lageosa, aí criando condições para a sua revitalização com acréscimo de utentes por via do inevitável aumento das horas de abertura e apoio 7 dias por semana.

8 - Perspetiva para o futuro

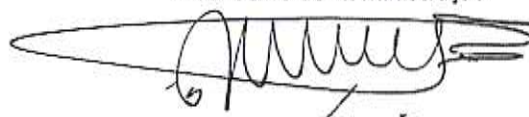


O atual Conselho de Administração cessou a sua etapa com a apresentação do presente relatório, sendo que a recondução do Presidente do Conselho de Administração uma garantia reiterada pela Câmara Municipal e aceite pelo mesmo. Nesse sentido, está garantida uma continuidade dos processos que estão em aberto, quer no que respeita aos investimentos quer à atividade prevista, interdependentes que estão quanto às decisões a tomar.

Há necessidade de consolidar toda a atividade, procurando incrementar a mesma para a rentabilização dos recursos, manter a política de transparência das decisões e sua implementação, melhorar as condições de trabalho e respetivas compensações e atender melhor quem nos procura. Esses são os desafios para quem ainda busca uma melhoria do retorno por parte dos agentes públicos com responsabilidades nos diversos campos de atuação da instituição.

Deixamos ainda um registo de apreço aos profissionais desta casa, aos seus voluntários, aos seus apoiantes (mais ou menos anónimos), a todas as entidades com que nos relacionamos e todos aqueles que permitiram o desenvolvimento da atividade ao longo dos últimos 4 anos.

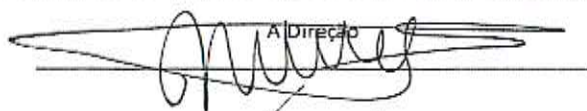

Oliveira do Hospital, 21 de abril de 2018


O Conselho de Administração




Ana Cristina Dias

BALANÇO

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-17	31-dez-16
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 529 155,97	3 542 716,14
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	14 592,08	4 096,59
Investimentos financeiros	17.1	6 078,20	6 078,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 549 826,25	3 552 890,93
Activo corrente			
Inventários	9	96 421,69	94 483,14
Créditos a receber	17.3	1 279 824,32	2 141 616,89
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	3 857,31	3 799,35
Caixa e depósitos bancários	17.6	2 463 767,27	1 324 408,55
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	10 984,52	17 256,26
Outros Ativos Correntes	17.4	749 519,38	834 881,64
		4 604 374,49	4 416 445,83
Total do ativo		8 154 200,74	7 969 336,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1 591 388,23	1 591 388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	3 996 940,05	2 649 363,95
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	975 592,86	1 005 585,08
		6 563 921,14	5 246 337,26
Resultado líquido do período		106 615,85	1 347 576,10
Total dos fundos patrimoniais		6 670 536,99	6 593 913,36
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11	101 684,04	101 684,04
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		101 684,04	101 684,04
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	507 977,24	695 714,01
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	17.9	72 902,74	62 924,80
Outros Passivos Correntes	17.10	801 099,73	515 100,55
		1 381 979,71	1 273 739,36
Total do passivo		1 483 663,75	1 375 423,40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8 154 200,74	7 969 336,76

A Direção


A. Leite

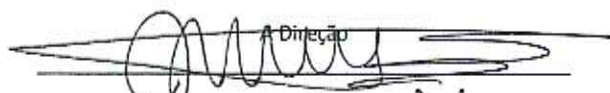
O responsável

cc 13364

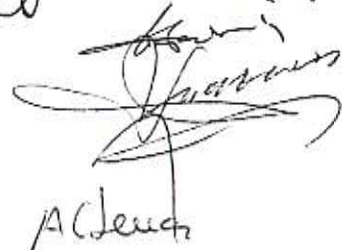
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS


FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-17	31-dez-16
Prestações de serviços	10	5 225 188,77	5 206 455,39
Subsídios, doações e legados à exploração	17.12	726 510,16	746 552,53
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	17.16	128 733,90	127 099,44
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1 055 490,75	1 070 542,21
Fornecimentos e serviços externos	17.13	1 900 785,34	2 012 131,64
Gastos com o pessoal	15	2 847 348,26	2 706 298,49
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.14	124 207,35	1 247 579,30
Outros gastos e perdas	17.15	44 558,21	5 968,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		356 457,62	1 532 745,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	258 768,96	192 870,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		97 688,66	1 339 874,73
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	11 074,65	9 795,90
Juros e gastos similares suportados	17.17	2 147,46	2 094,53
Resultados antes de impostos		106 615,85	1 347 576,10
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		106 615,85	1 347 576,10


A Direção


A Direção


O responsável

cc 13364

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2017

Contribuinte: 500 746 621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	DATAS	
	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	6 444 433,54	4 534 953,51
Pagamentos de subsídios à Exploração	726 510,16	746 952,52
Pagamentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	54 421,23	46 493,98
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamento a Fornecedores	3 109 890,66	3 132 795,37
Pagamentos ao Pessoal	1 802 190,59	1 721 138,02
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>2 313 283,68</i>	<i>474 466,62</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-915 248,16	-920 365,81
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	<i>1 398 035,52</i>	<i>-445 899,19</i>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	294 166,75	219 051,90
Ativos intangíveis	19 183,08	6 221,41
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	40 477,81	1 164 011,80
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	18 275,00
Juros e rendimentos similares	11 074,65	9 795,90
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>	<i>-261 797,37</i>	<i>966 809,39</i>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	5 268,03	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2 147,46	2 140,03
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	<i>3 120,57</i>	<i>-2 140,03</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1 139 358,72	518 770,17
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 324 408,55	805 638,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 463 767,27	1 324 408,55


A Direção

A.C. Pereira


O Responsável
cc 13364
25

Almeida
Auréli
f.
ff

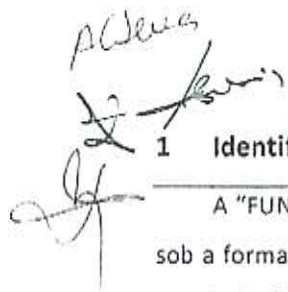


Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

31 de dezembro de 2017



1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado nos termos dos n.ºs 1, 5 e 6 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho;
- Normas Interpretativas (NI):

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas nas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração



3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídos "as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios)" (ver ponto 7.5)

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

3.2.4 Investimentos financeiros

A FAAD é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo efetuado pelo valor da aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor do custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

➤ Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

➤ Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

➤ Outros ativos e passivos financeiros

Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

➤ Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

Não aplicável.



3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

➤ Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os valores presentes como gastos bancários correspondem a comissões de serviços.

➤ Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

A FAAD encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227).

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

À semelhança dos anos anteriores, foi efetuada a imputação do IVA a recuperar relativa a 50% do valor do IVA suportado com os bens alimentares e bebidas, bem como com as despesas relativas a prédios no decorrer do ano 2017. Este valor corresponde a 14.915,35€.

5 Ativos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e

alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2016						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 690 127,66 €	- €	402 627,81 €	- €	- €	4 287 499,85 €
Equipamento básico	1 460 395,60 €	116 578,29 €	5 556,03 €	- €	- €	1 571 417,86 €
Equipamento de transporte	211 641,70 €	- €	- €	- €	- €	211 641,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	396 648,54 €	7 615,70 €	- €	- €	- €	404 264,24 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 203,32 €	- €	- €	- €	- €	27 203,32 €
Investimento em curso	18 234,79 €	89 380,13 €	- €	- €	- €	107 614,92 €
Total	8 108 995,85 €	213 574,12 €	408 183,84 €	- €	- €	7 914 386,13 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 604 934,66 €	112 499,88 €	400 145,08 €	- €	- €	2 317 289,46 €
Equipamento básico	1 404 542,68 €	57 359,07 €	5 556,00 €	- €	- €	1 456 345,75 €
Equipamento de transporte	208 441,70 €	800,00 €	- €	- €	- €	209 241,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	360 596,00 €	14 697,37 €	- €	- €	- €	375 293,37 €
Outros Activos fixos tangíveis	12 205,54 €	1 292,90 €	- €	- €	- €	13 498,44 €
Total	4 590 720,58 €	186 649,22 €	405 701,08 €	- €	- €	4 371 668,72 €

Ilustração 27 - Ativos Fixos Tangíveis 2016

2017						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 287 499,85 €	105 043,92 €	- €	- €	- €	4 392 543,77 €
Equipamento básico	1 571 417,86 €	142 975,05 €	- €	- €	- €	1 714 392,91 €
Equipamento de transporte	211 641,70 €	57 507,00 €	88 318,65 €	- €	- €	180 830,05 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	404 264,24 €	6 359,55 €	- €	- €	- €	410 623,79 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 203,32 €	- €	- €	- €	- €	27 203,32 €
Investimentos em Curso	107 614,92 €	29 679,60 €	- €	105 043,92 €	- €	32 250,60 €
Total	7 914 386,13 €	341 565,12 €	88 318,65 €	105 043,92 €	- €	8 062 588,68 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 317 289,46 €	117 722,17 €	- €	- €	- €	2 435 011,63 €
Equipamento básico	1 456 345,75 €	103 020,49 €	- €	- €	- €	1 559 366,24 €
Equipamento de transporte	209 241,70 €	13 391,75 €	88 318,65 €	- €	- €	134 314,80 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	375 293,37 €	14 654,06 €	- €	- €	- €	389 947,43 €
Outros Activos fixos tangíveis	13 498,44 €	1 292,90 €	- €	- €	- €	14 791,34 €
Total	4 371 668,72 €	250 081,37 €	88 318,65 €	- €	- €	4 533 432,71 €

Ilustração 28 - Ativos Fixos Tangíveis 2017

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2016						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	17 540,05 €	5 407,08 €	- €	- €	- €	22 947,13 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	17 540,05 €	5 407,08 €	- €	- €	- €	22 947,13 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	12 629,13 €	6 221,41 €	- €	- €	- €	18 850,54 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	12 629,13 €	6 221,41 €	- €	- €	- €	18 850,54 €

Ilustração 29 - Ativos Fixos Intangíveis 2016

2017						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	22 947,13 €	19 183,08 €	- €	- €	- €	42 130,21 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	22 947,13 €	19 183,08 €	- €	- €	- €	42 130,21 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	18 850,54 €	8 687,59 €	- €	- €	- €	27 538,13 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	18 850,54 €	8 687,59 €	- €	- €	- €	27 538,13 €

Ilustração 30 - Ativos Fixos Intangíveis 2016

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	80 250,05 €	1 084 775,30 €	- €	94 483,14 €	1 057 429,30 €	- €	96 421,69 €	
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	80 250,05 €	1 084 775,30 €	- €	94 483,14 €	1 057 429,30 €	- €	96 421,69 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1 070 542,21 €	- €	- €	1 055 490,75 €	
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Ilustração 31 - Inventários

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	28 158,20 €	26 225,14 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	559 619,12 €	545 770,17 €
Promoções para captação de recursos	4 637 411,45 €	4 634 460,08 €
Total	5 225 188,77 €	5 206 455,39 €

Ilustração 32 – Rédito

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

➤ Provisões

Mantém-se a provisão constituída no ano 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da "Casa Sarah-Beirão" em Travanca de Lagos.

ACJ
J
F
C

➤ Passivos contingentes

Não se aplica.

➤ Ativos contingentes

Não se aplica.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	637 426,87 €	604 391,66 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	54 114,29 €	76 233,04 €
Autarquias	3 750,00 €	24 025,00 €
POPH	- €	- €
IFADAP	1 886,25 €	
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	- €
Apoios do Governo		
Total	697 177,41 €	704 649,70 €

Ilustração 33 - Subsídios e Apoios do Governo

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

O número e membros dos órgãos diretivos manteve-se nos 5, à semelhança dos anos anteriores, não existindo qualquer vínculo como entidade patronal com qualquer um dos membros dos órgãos sociais, cuja função é desempenhada sem qualquer remuneração.

Aguarda-se a publicação dos novos estatutos, pendentes na secretaria-geral da presidência do conselho de ministros, que preconiza um total de 7 elementos no conselho de administração.

O número médio de pessoas com vínculo contratual ao serviço da Entidade em 31/12/2016 era de 202, tendo passado para 205 à mesma data de 2017.

Os gastos que a FAAD incorreu com os funcionários foram as seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais		- €
Remunerações ao pessoal	2 356 297,77 €	2 207 146,64 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	3 325,40 €	11 667,23 €
Encargos sobre as Remunerações	456 831,51 €	431 705,48 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 691,93 €	13 413,00 €
Gastos de Acção Social	10 045,14 €	8 930,47 €
Outros Gastos com o Pessoal	17 807,31 €	33 435,67 €
Total	2 847 348,26 €	2 706 298,49 €

Ilustração 34 - Benefícios dos Empregados

Handwritten signature and initials:
 A. Almeida

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2016 e 2017 foram de 6.000,00€ e 6.600,00€, respetivamente.


17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6 078,20 €	6 078,20 €
Outros investimentos financeiros	- €	- €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €



Descrição	2017	2016
Cooperativa Rádio Boa Nova	5 000,00 €	5 000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1 078,20 €	1 078,20 €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

Ilustração 35 - Investimentos Financeiros

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1 281 924,65 €	2 143 717,22 €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	2 100,33 €	2 100,33 €
Utentes	- €	- €
Total	1 279 824,32 €	2 141 616,89 €

Ilustração 36 - Clientes e Utentes

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outras ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	3 173,40 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	749 260,38 €	831 449,24 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	7 677,49 €	7 677,49 €
Perdas por Imparidade	- 7 418,49 €	- 7 418,49 €
Total	749 519,38 €	834 881,64 €

Ilustração 37 - Outras Contas a Receber

Esta rubrica contempla o reconhecimento de um acréscimo de rendimento correspondente à imputação dos serviços prestados na área hospitalar, que são da responsabilidade da ARS Centro e que excederam o montante definido protocolarmente (ver ponto 6 do relatório de atividades). Esse valor corresponde aos 749.260,38€, registados como acréscimo de rendimento e que serão faturados em 2018. Desta circunstância resulta o apuramento de um acréscimo de gastos no valor de 443.184,64€ (ver ponto 17.10 do ABDR).

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 857,31 €	3 799,35 €
Total	3 857,31 €	3 799,35 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	3 857,31 €	3 799,35 €

Ilustração 38 – Diferimentos

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	4 709,65 €	1 825,98 €
Depósitos à ordem	200 796,40 €	167 501,85 €
Depósitos a prazo	2 250 000,00 €	1 150 000,00 €
Outros	8 261,22 €	5 080,72 €
Total	2 463 767,27 €	1 324 408,55 €

Ilustração 39 - Caixa e Depósitos Bancários

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 591 388,23 €	- €	- €	1 591 388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	2 649 363,95 €	1 347 576,10 €	- €	3 996 940,05 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 005 585,08 €	- €	29 992,22 €	975 592,86 €
Total	5 246 337,26 €	1 347 576,10 €	29 992,22 €	6 563 921,14 €

Ilustração 40 - Fundos Patrimoniais

Nesta rubrica temos como variação positiva a transferência do valor do resultado líquido do exercício de 2016 no valor de 1.347.576,10€ para a conta de "Resultados Transitados", de acordo com a deliberação da Assembleia Geral da Liga de Amigos de março de 2017.

Como variação negativa temos a imputação dos réditos correspondentes à periodização económica dos diversos apoios que a FAAD tem vindo a beneficiar nos últimos anos.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	507 997,24 €	695 714,01 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	507 997,24 €	695 714,01 €

Ilustração 41 - Fornecedores

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10 984,52 €	17 256,26 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	10 984,52 €	17 256,26 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	19 900,46 €	14 832,01 €
Segurança Social	52 667,43 €	47 863,41 €
Outros Impostos e Taxas	334,85 €	229,38 €
Total	72 902,74 €	62 924,80 €

Ilustração 42 - Estado e Outros Entes Públicos

O valor inscrito na rubrica do ativo corresponde do ativo corresponde ao valor ainda não recebido dos pedidos de reembolso referente a 50% do valor do IVA relativamente a reparações de imóveis e bens alimentares e bebidas.

Na rubrica do passivo encontram-se inscritos os valores que correspondem aos valores que a FAAD liquidou em 2017 e pagou em janeiro de 2018 ao Estado a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais, nos termos da legislação aplicável.

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	800 890,26 €	- €	512 878,01 €
Remunerações a pagar	- €	357 705,62 €	- €	329 304,58 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	443 184,64 €	- €	183 573,43 €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de Investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	- €	- €	2 062,93 €
Outros credores	- €	209,47 €	- €	159,61 €
Total	- €	801 099,73 €	- €	515 100,55 €

Ilustração 43 - Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica encontram-se evidenciados os montantes a pagar em 2018, mas que são um gasto de 2017. Encontram-se aqui incluídos valores referentes a remunerações dos funcionários, penhoras e IMI. O valor inscrito em "outras operações" corresponde à imputação do acréscimo de gastos associados à prestação de serviços médicos, associados aos rendimentos explicados no ponto 17.4.

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	697 177,41 €	704 649,70 €
Subsídios de outras entidades	7 126,69 €	5 543,92 €
Doações e heranças	19 894,06 €	34 496,91 €
Quotizações Liga Amigos	2 312,00 €	1 862,00 €
Legados	- €	- €
Total	726 510,16 €	746 552,53 €

Ilustração 44 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Alma

[Handwritten signature]

Descrição	2017	2016
Subcontratos	161 068,53 €	156 542,04 €
Serviços especializados	1 568 610,33 €	1 711 027,40 €
Materiais	17 048,28 €	18 064,84 €
Energia e fluidos	90 218,80 €	86 180,33 €
Deslocações, estadas e transportes	28 927,78 €	20 038,35 €
Serviços diversos	34 911,62 €	20 278,94 €
Total	1 900 785,34 €	2 012 131,90 €

Ilustração 45 - Fornecimentos e Serviços Externos

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	53 822,05 €	45 842,13 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 672,56 €	3 402,29 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	599,18 €	610,85 €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	40 477,81 €	1 161 529,07 €
Outros rendimentos e ganhos	25 635,75 €	36 194,96 €
Total	124 207,35 €	1 247 579,30 €

Ilustração 46 - Outros Rendimentos e Ganhos

17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	6 144,58 €	5 720,15 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	- €	- €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes activos	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	38 413,63 €	248,81 €
Total	44 558,21 €	5 968,96 €

Ilustração 47 - Outros Gastos e Perdas

17.16 Trabalhos para a Própria Entidade

A rubrica "Trabalhos para a Própria Entidade" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Autoconsumos	5 227,10 €	7 500,78 €
Subsidio Alimentação	123 506,80 €	177 395,41 €
TOTAL	128 733,90 €	184 896,19 €

Ilustração 48 - Trabalhos para a Própria Entidade

Os valores inscritos nesta rubrica resultam de duas situações:

- Exploração da quinta, que origina a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, que são valorizados aos preços de mercado;
- Imputação do valor referente ao subsídio de refeição, de acordo com o estabelecido no CCT.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2 147,46 €	2 094,53 €
Total	2 147,46 €	2 094,53 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	11 074,65 €	9 795,90 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	- €	- €
Total	11 074,65 €	9 795,90 €
Resultados Financeiros	8 927,19 €	7 701,37 €

Ilustração 49 - Resultados Financeiros

O valor inscrito em "juros obtidos" decorre dos juros referentes ao montante alocado em depósitos a prazo. Os "outros gastos e perdas de financiamento" correspondem a comissões por utilização do terminal multibanco.

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de abril de 2018, de acordo com a ata número 446.

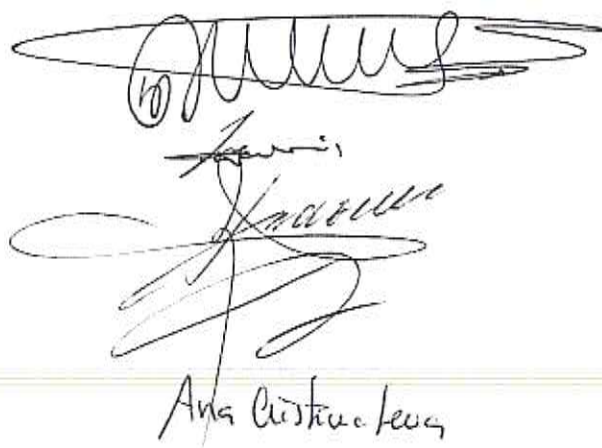
Oliveira do Hospital, 21 de abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas



CC 13364

O Conselho de Administração



Ans. C. 13364

Handwritten signature and text in the top right corner, possibly reading "Kuri f -" and "Adelma".

ANEXOS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31-12-2017 (que evidencia um total de 8 154 200.74 euros e um total de fundos patrimoniais de 6 670 536.99 euros, incluindo um resultado líquido de 106 615.85 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Tal como descrito no Anexo, a Entidade considera que a aplicação das taxas de depreciação constantes na legislação fiscal permite obter uma razoável estimativa para o período de vida útil dos investimentos.

Tal como referido no Anexo e pelos motivos aí divulgados, a Entidade não faturou em 2017 alguns serviços prestados na área hospitalar à ARS Centro. Esta questão traduz-se no registo de 749.260,38€ em acréscimo de rendimento e de 443.184,64€ em acréscimo de gastos, correspondentes aos serviços médicos associados.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma

Handwritten signature and initials
A. J. Pereira
A. J. Pereira

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

-concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

-avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

-comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATÓ SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 3 de maio de 2018

Handwritten signature of Daniel Taborda

Daniel Taborda, ROC 1479.




Ata número sessenta e seis

- Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniram-se, na sede da Fundação Amilcar de Sá, pelos dignos honrosos, o Conselho Fiscal, extorrendo presentes todos os seus membros. A reunião teve como ponto central de ordem de trabalhos a emissão de parecer sobre a submissão e outras alterações ao estatuto da Associação de Jovens.

- O Conselho Fiscal analisou os documentos que lhe foram facultados pelo Conselho de Administração, designadamente a submissão do estatuto e as alterações à execução feita em junho e ano de dez, do ano de dois mil e dez, e dezoito, apresentando o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza, e demais dados dos fluxos de caixa e o Anexo. O Conselho Fiscal achou muito a satisfação de ver de outras alterações pelo Conselho Geral de Contas e Registo de Contas, sendo muito bem recebidas as alterações, fazendo mais as alterações por aquele Conselho bem para as recomendações propostas.

- No seguimento da discussão e da votação, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aprovação em Assembleia Geral do Relatório da Gestão do Conselho de Administração, do Balanço, das Demonstrações dos resultados por natureza, das demonstrações dos fluxos de caixa, do Anexo e da proposta de aplicação dos resultados aprovados pelo Conselho de Administração.

- Deliberou ainda o Conselho Fiscal, por unanimidade, emitir verbos de agradecimento ao Conselho de Administração, Amilcar de Sá, pela colaboração prestada e pela disponibilidade sempre demonstrada.

- Nada mais havendo a tratar, foi lida a seguinte ata que, depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos presentes.

João Augusto Gomes de Jesus
 José António Costa Pêlo
 Álvaro Miguel Faria Sousa Santos



CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS



Fundação Aurélio Amaro Diniz

Convocatória:

Nos termos do artigo 32º dos estatutos da *Fundação de Aurélio Amaro Diniz*, convocam-se os associados da Liga de Amigos para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia

9 de maio de 2018, quarta-feira, pelas 18:00,

na sala de reuniões do Lar 3ª Idade, com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Leitura da ata da assembleia anterior;
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transacto, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Outros assuntos de interesse para a Instituição;

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos seus membros, a Assembleia funcionará 30 minutos depois com qualquer número de associados.

Oliveira do Hospital, 24 de abril de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia da Liga de Amigos

(Dr. Sebastião José de Castro Pina Marques Antunes)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS

Ata nº 44

- Assim sendo, deu-se início às atividades da Assembleia Geral da Liga de Amigos, realizada no dia 15 de março de 2019, às 19h30, no salão de festas da Associação de Amigos da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Santa Helena, sob a presidência do Sr. Dr. Carlos Roberto de Souza, que apresentou o seguinte ordem de trabalhos:
- a) Leitura e aprovação do ata da assembleia anterior;
 - b) Apresentação do relatório de atividades da Liga de Amigos, elaborado pelo Conselho Fiscal;
 - c) Leitura e aprovação do ata da reunião anterior, e da ata da reunião anterior;
 - d) Oração de abertura da assembleia.

A seguir, foi realizada a leitura do relatório de atividades da Liga de Amigos, elaborado pelo Sr. Dr. Carlos Roberto de Souza, que apresentou o seguinte relatório de atividades:

Uma vez que a Liga de Amigos não se encontra em funcionamento, devido ao fato de não ter sido possível realizar as atividades previstas no plano de trabalho, a Liga de Amigos não realizou nenhuma atividade durante o período de 15 de março de 2019, até a data da presente assembleia.

Para o encerramento do ponto b) do ordem de trabalhos, foi realizada a leitura do relatório de atividades da Liga de Amigos, elaborado pelo Sr. Dr. Carlos Roberto de Souza, que apresentou o seguinte relatório de atividades:

Uma vez que a Liga de Amigos não se encontra em funcionamento, devido ao fato de não ter sido possível realizar as atividades previstas no plano de trabalho, a Liga de Amigos não realizou nenhuma atividade durante o período de 15 de março de 2019, até a data da presente assembleia.

Para o encerramento do ponto c) do ordem de trabalhos, foi realizada a leitura do relatório de atividades da Liga de Amigos, elaborado pelo Sr. Dr. Carlos Roberto de Souza, que apresentou o seguinte relatório de atividades:

Uma vez que a Liga de Amigos não se encontra em funcionamento, devido ao fato de não ter sido possível realizar as atividades previstas no plano de trabalho, a Liga de Amigos não realizou nenhuma atividade durante o período de 15 de março de 2019, até a data da presente assembleia.

terão a estrutura hospitalar, por este problema serem
autónomos e diversos departamentos que se vão gerir
têm um impacto significativo. Refere que o Hospital
do Espírito Santo Álvaro Domingos neste momento só
segue o Serviço de Urgência no período vespertino das
cinco horas até às oito de manhã e os fins de semana
e feriados entre quatro horas. São necessários recursos
humanos, financeiros e técnicos, sem que haja
por parte do Serviço Nacional de Saúde qualquer tipo de
reconhecimento e decisão acerca para quem proporcionar
o acesso a um direito do cidadão de conselho de administração
do Hospital e cancelar licenças.

De seguida foram a parâmetros o Senhor Doutor António
Nóbis que refere que é de particular importância um ac-
réscimo de formação para que se possa fazer face às des-
pesas com os Recursos Humanos, por referir que
de há uns anos a esta parte o FAAD consegue assegurar
algumas finanças que permite fazer face às obrigações
de curto prazo, mas que inviabiliza aqueles investimentos
pretendidos por assegurar quanto ao futuro desta região
com o SNS.

Após estas considerações e apresentações dos documentos
foram as questões colocadas por unanimidade, sendo
como a transferência do resultado positivo de cerca de
seis mil e setecentas e quinze euros e cento e cinco cent-
avos para o custo de resultados transaccionais.

No ponto c) da ordem de trabalhos procedeu-se à
leitura do ato número sessenta e seis do Conselho Fiscal
que se promulgou no sentido da aprovação dos documentos
da gestão do ano de dois mil e dezasseis, sendo que tem
bem recolhido aprovação por unanimidade.

Quanto ao último ponto da ordem de trabalhos, o Senhor
Alvaro Henrique refere que no que concerne aos Estatutos
e após o ponto elevado para a presidência do Conselho

de atividades de que os membros já se ocupam em seu
Estabelecimento, com a finalidade de proporcionar
um atendimento
Referiu ainda a perspectiva de proporcionar, com o devido
respeito às condições institucionais do Hospital do FAAD,
possibilidade de assegurar o Serviço de Urgência em seu sala-
ter de procedimentos, assegurando assim o atendimento de
o quadro de pessoal por dia, horas de atendimento e já
que o Centro de Saúde não detinha o Serviço de SAP
no período citado, o que leva a situações concretas de
doentes que acabam por ter de ir a outros serviços de saúde
(Soc. Garças e depois Coimbra) e assim talvez terminem no
FAAD, quando assim poderão ter um atendimento. É
um problema de quem tem a responsabilidade. Então, qual
se organiza estes serviços e diz quem paupers se despende
Nó houve, é que não usamos de pessoas a sessão foi
dada por encerrado pelo Senhor Doutor Sebastião Abranches
pelas seguintes horas e trinta minutos. Nada mais havendo
a tratar, foi lida e aprovada a parte que depois de lida será
assumido pelas alterações que constituem a mesma.

Ass.
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]